



DOI: <https://doi.org/10.22484/2318-5694.2025v13id5537>

REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO POR APLICATIVO E ATIVISMO DA EXTREMA DIREITA NEOLIBERAL NA DISPUTA DE SENTIDOS

Labor regulation by application and activism of the neoliberal extreme right in the
dispute of meanings

Regulación laboral por aplicación y activismo de la extrema derecha neoliberal en la
disputa de significados

Ercio Sena¹

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6683-2182>

E-mail: erciosena@gmail.com

Resumo: A proposta deste artigo é apresentar e discutir o ativismo neoliberal da extrema direita na disputa de sentidos presentes nos protestos contra a regulamentação do trabalho por aplicativo. No percurso desse intento serão recuperados momentos recentes da história do país em que essas forças emergem na vida política e social. Em consonância com os objetivos apresentados, serão destacadas observações diretas desse movimento na capital mineira, bem como oposições ao projeto divulgadas pela imprensa. Será situado o contexto em que a proposta do governo é enviada à Câmara Federal e sua recusa, recuperando a emergência das forças de extrema direita para entrar nesse debate e afirmar o sentido neoliberal nas disputas políticas contemporâneas.

Palavras-chave: regulamentação de trabalho por aplicativo; ativismo de direita; sentido neoliberal.

¹ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, BH, Brasil.

Recebido em: 05/08/2024 | Aprovado em: 09/05/2025 | Revisado em: 29/05/2025

Editor de Seção: Luciana Coutinho Pagliarini Souza | Editor de Layout: Silmara Pereira da Silva Martins



Abstract: The purpose of this article is to present and discuss the neoliberal activism of the far right in the dispute over the meanings present in the protests against the regulation of app-based work. In the course of this attempt, recent moments in the country's history in which these forces emerged in political and social life will be recalled. In line with the objectives presented, direct observations of this movement in the capital of Minas Gerais will be highlighted, as well as opposition to the project reported by the press. The context in which the government's proposal was sent to the Federal Chamber and its rejection will be situated, recovering the emergence of far-right forces to enter this debate and affirm the neoliberal meaning in contemporary political disputes.

Keywords: work regulation by app; right-wing activism; neoliberal sense.

Resumen: El propósito de este artículo es presentar y discutir el activismo neoliberal de la extrema derecha en la disputa por los significados presentes en las protestas contra la regulación del trabajo basado en aplicaciones. En el camino se recuperarán momentos recientes de la historia del país en los que estas fuerzas emergen en la vida política y social. En línea con los objetivos presentados, se destacarán las observaciones directas de este movimiento en la capital de Minas Gerais, así como la oposición al proyecto publicada en la prensa. Se ubicará el contexto en el que se sitúa la propuesta del gobierno a la Cámara Federal y su rechazo, recuperando el surgimiento de fuerzas de extrema derecha para ingresar a este debate y hacer valer el significado neoliberal en las disputas políticas contemporáneas.

Palabras clave: regulación del trabajo por aplicación; activismo de derecha; sentido neoliberal.



1 INTRODUÇÃO

No dia 25 de março de 2024² os motoristas de aplicativos tomaram as ruas de várias cidades do Brasil para protestar contra o Projeto Lei 12/2024 de autoria do executivo, que dispõe sobre a relação de trabalho intermediado por empresas operadoras de aplicativos de transporte remunerado. O projeto, apresentado em regime de urgência, cria a categoria de “trabalhador autônomo por plataforma”, nomeando a relação de trabalho como “intermediada” pelas empresas de aplicativo. A proposta prevê uma jornada de, no máximo, 12 horas por dia e um valor mínimo para hora trabalhada. Entretanto, só é contada a hora de trabalho a partir do momento em que o motorista aceita uma viagem, não computando o tempo em que ele está à disposição da plataforma.

Os debates acalorados entre os trabalhadores de aplicativos e empresas já eram evidentes em reivindicações dirigidas às plataformas, mas o encaminhamento da proposta do governo à Câmara Federal foi um ingrediente importante para articular movimentações nacionais dessas categorias. No dia do lançamento do Projeto de Lei Complementar, a empresa Uber encaminhou ao Superior Tribunal Federal uma petição, solicitando a suspensão de todos os processos contra a empresa que requerem reconhecimento de vínculo empregatício.

Em meio a incipiente crise gerada em torno do projeto, as críticas se difundem em amplos espectros políticos. No elenco de petardos contra o governo surgem vozes do campo jurídico que destacam o desmantelamento dos direitos trabalhistas e denunciam o favorecimento das empresas. Os políticos de direita e suas insidiosas campanhas de desinformação sobre o projeto também circulam nas plataformas sociais. Do ex-presidente, aos deputados do PL, várias manifestações contrárias com críticas ao governo, buscavam retomar uma atmosfera capaz de projetar as posições da extrema direita no comando das manifestações de rua, agora na suposta defesa dos trabalhadores. “O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) postou, em um *story*, uma matéria com o falso título de que aplicativos de *delivery* sairiam do país caso haja uma regulamentação” (Moncau, 2024).

O Ministério do Trabalho e Emprego, por sua vez, atribui as críticas ao processo de desinformação articulado principalmente pela oposição. Contrapõe as críticas afirmando que, além da remuneração mínima e previdência, o texto garante a transparência por parte da empresa, pensão por morte, auxílio durante a licença maternidade, entre outros, sem tirar a autonomia do motorista (Moncau, 2024).

No mosaico de posições políticas em disputa, destacamos o interesse de mapear e analisar os sentidos propostos por uma direita neoliberal que busca articular o debate e a mobilização dos trabalhadores de aplicativo. Para isso, propomos discutir

² Mencionar financiamento da pesquisa.



a emergência e atuação da extrema direita na política brasileira, assim como a racionalidade neoliberal que fundamenta os sentidos de sua atuação.

2 A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA COMO ATOR POLÍTICO NAS LUTAS SOCIAIS

A ascensão da extrema direita em vários países mostra que o Brasil não vive isoladamente esse fenômeno de proporções mundiais. Tanto no cenário internacional como no caso brasileiro o descontentamento econômico e social, as falhas das elites políticas e institucionais e as redes de desinformação são apontados como fatores que favorecem o crescimento da extrema direita. Em termos da desigualdade social, o declínio e o ressentimento da classe média têm sido explorados com respostas simples na promessa de retorno a uma suposta ordem perdida. A questão de corrupção, frequentemente acionada, a ineficiência e desconexão das elites políticas e institucionais tradicionais têm minado a confiança nas estruturas democráticas. A extrema direita muitas vezes se apresenta como uma alternativa antissistema, prometendo combater a corrupção e restaurar uma governança eficaz.

Os pesquisadores Levitsky e Ziblatt (2018) explicam o colapso das democracias modernas não mais por meio de golpes militares, mas pela ascensão de líderes políticos e partidos que exploram as instituições democráticas para minar a própria democracia. Livitsky e Ziblatt discutem como essas lideranças muitas vezes ganham notoriedade pela via eleitoral, explorando as fraquezas do sistema democrático para miná-lo gradualmente e consolidar seu poder político. A democracia é subvertida por dentro de sua própria dinâmica institucional, sendo transformada num regime que é a sua própria negação. Para mobilizar a opinião pública é importante construir uma imagem de ilegitimidade dos opositores, captando sentimentos reacionários da sociedade com o objetivo de instrumentalizar Ministério Público, Tribunais de Contas, casas legislativas e todo o aparato institucional a seu favor. O objetivo é assolar a confiança das instituições democráticas e abrir espaço para o enfraquecimento gradual da democracia, afirmando posições autoritárias.

No caso do Brasil, o ascenso da extrema direita é demarcado em consonância com diferentes acontecimentos da conjuntura recente. Por vezes ele é associado às jornadas de junho de 2013, ao Impeachment da ex-presidenta Dilma ou mesmo ao ativismo jurídico da Operação Lava Jato. De todo modo, a expressão pública das forças de direita é evidenciada a partir da última década, embora tenha havido ensaios residuais desses setores buscando capitalizar o sentimento de mudança da sociedade brasileira em momentos anteriores.

A socióloga Ângela Alonso (2023) destaca a intervenção da direita em diferentes momentos das duas últimas décadas. No rol das tentativas de irrupção da direita como força de base popular, a pesquisadora mostra iniciativas como a pauta anticorrupção surgida com o mensalão, o movimento *Cansei* e a judicialização das lutas políticas.



Numa combinação que envolve mídia, rua e judiciário essas tentativas estiveram sempre colocadas no debate político brasileiro. No acidente da TAM em 2007, por exemplo, há uma comoção e a partir dele se busca ativar uma compreensão de que no Brasil está tudo errado. Nesse período, Alonso entende que a direita atuou nas sombras, mas a partir de 2013 ela emerge como a direita da luz do dia.

É importante reconhecer que os fatores que contribuem para ascensão da extrema-direita em várias partes do mundo não são sempre os mesmos. Em cada nação haverá um contexto marcado por dinâmicas locais e específicas para explicar a emergência da extrema direita em cada país. No caso brasileiro, uma das apostas explicativas desse ascenso são relacionadas com os movimentos de junho de 2013. Interessa-nos retomá-los aqui não com o intento de explicar as manifestações daquele ano, mas como demarcação de um período em que a extrema direita avulta como força expressiva, disputando as ruas e o debate político brasileiro.

Em um dos balanços sobre os acontecimentos de 2013, Rocha (2023) questiona o fato de lideranças e intelectuais a esquerda e a direita possuírem diagnósticos parecidos sobre o crescimento da direita a partir daqueles movimentos. Embora reconheça que as manifestações tiveram impacto direto na queda de popularidade da presidenta Dilma, Rocha (2023, p. 74), distingue os grupos que estiveram presentes nas ruas em 2013 e 2016, por exemplo. Diferente de 2013, no outro momento, em 2016, as manifestações de rua “[...] os protestos organizados pelas direitas visavam, especificamente, o *impeachment* de Dilma Rousseff a partir de um antagonismo aberto ao PT.” Nas manifestações de 2013 a direita estava lá também, mas predominava um público jovem, oriundo de classes populares e médias.

No entendimento de Mendes (2023, p. 49) as ruas estavam em disputa. Para ele, no movimento de 2013 a direita assume a direção e torna-se hegemônica. A partir de um certo momento, já havia nas manifestações o “[...] predomínio do verde-amarelo, o hino, as ofensas à presidenta, o fato de sindicatos e movimentos de esquerda estarem a reboque, a violência contra manifestantes de esquerda etc.”

Embora conteste essa tese, Safatle (2023, p. 97) reconhece que a extrema direita esteve presente, mas não sozinha ou mesmo como o único agente daqueles movimentos. Ao retomar o contexto, Safatle entende que “Talvez fosse o caso de começar afirmando que 2013 foi o último ano da história da esquerda brasileira e de suas estruturas hegemônicas”. Para o autor, a direita consegue, diante da fragilidade da esquerda, formular uma saída e se apresentar como força insurrecional, motivo de sua força na atual conjuntura.

Para a ex-presidente Dilma Rousseff (2023) o ano de 2013 é o marco que delimita a polarização política que se vive no país hoje, evidenciando a extrema direita como ator destacado na política brasileira.



Segundo Rousseff (2023, p. 7),

Na condição de presidenta da república, coube-me a missão de compreender aqueles fatos e agir com rapidez. Estava claro que se tratava de uma duríssima disputa, entre os dois grandes blocos que se confrontam pelo destino de nosso país. Estarrecidos pela eclosão das manifestações, de origem fortemente espontânea e localizada, esses dois campos passaram a atuar para influir sobre a voz das ruas e atraí-la para o fortalecimento de seus projetos.

No entendimento da ex-presidente, as forças conservadoras contaram com mais recursos, tanto financeiros como midiático, além de alianças internacionais que lhe deram relativa dianteira naquele confronto para arremeter as manifestações contra o governo. A dificuldade das forças de esquerda, segundo ela, resulta do baixo grau de educação política, de organização e mobilização das forças populares, um problema crônico do Brasil.

Outro autor que aborda a ascensão da extrema-direita no Brasil é Souza (2017), propondo uma análise global desse fenômeno. Em seu trabalho, argumenta que a ascensão da extrema-direita está intrinsecamente ligada a persistência do domínio das elites econômicas que atuam em benefício próprio. O autor examina como as elites, tanto no Brasil quanto em outros países, exploram o medo, a xenofobia e o ressentimento social para manter o seu domínio e desviar a atenção das verdadeiras causas dos problemas enfrentados pela sociedade.

Ao analisar a Operação Lava Jato, por exemplo, Souza critica a forma como ela foi conduzida, em vez de combater a corrupção e promover a justiça, a operação foi usada como ferramenta política para perseguir grupos e indivíduos. Argumenta que a operação foi seletiva em suas investigações sem tocar nas estruturas de poder das elites brasileiras. Critica a maneira como a Lava Jato foi celebrada pela mídia e por certos setores da sociedade como exemplo de justiça e integridade, enquanto ignorava as implicações mais amplas da operação para a democracia e o Estado de Direito. Souza argumenta que a ênfase excessiva na corrupção desvia a atenção das verdadeiras causas da desigualdade e da injustiça social no Brasil.

O sociólogo Barros (2023) entende que o *impeachment* abriu espaço para o fortalecimento da extrema direita, observando esse acontecimento como uma tentativa do sistema político se livrar de uma grande crise. Por meio do *impeachment* se buscou explicar toda insatisfação como resultado da corrupção do PT. No lugar das forças de centro-esquerda, formou-se no governo Temer, a coalisão mais inclinada ao Centrão que já existiu na Nova República. Entretanto, sua análise considera também as escolhas do próprio governo petista. A queda de popularidade da presidente Dilma que, depois de uma campanha à esquerda em 2014, faz uma guinada à direita no primeiro ano de governo, também é apontada como um fator importante nesse processo.

Em diferentes análises sobre os movimentos de 2013 e outros acontecimentos vividos na última década, observa-se certo consenso sobre a emergência de grupos à



direita em ações políticas de rua, embora essa compreensão seja marcada por diferentes nuances. A polarização ali iniciada segue de forma evidente na cena política brasileira.

3 A RACIONALIDADE NEOLIBERAL COMO FUNDAMENTO DA INTERVENÇÃO POLÍTICA

O neoliberalismo como uma forma de enfraquecer o Estado e fortalecer o poder do mercado e das elites econômicas tem sido a tônica da intervenção dos grupos à direita na política brasileira. Embalado como defesa dos trabalhadores, esse discurso é fundamentado numa racionalidade neoliberal, considerada por Dardot e Laval (2016) um sistema pós-democrático de uma fase diferente do capitalismo.

Ao se referenciar no trabalho desses autores, propomos discutir o neoliberalismo não apenas pelo seu viés econômico, mas como uma racionalidade que abrange as relações sociais. Na interpretação de Dardot e Laval, o neoliberalismo é um sistema normativo com forte influência no mundo e grande capacidade de autofortalecimento. As tendências predominantes nele reforçam a desigualdade e mina a ação coletiva, uma vez que os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência entre eles mesmos em todos os níveis.

O neoliberalismo favorece a destruição de regras, instituições e direitos, proposições subjacentes às práticas da extrema direita no Brasil e no mundo. Com ele, Dardot e Laval apontam que todas as relações são pautadas pelo modelo do mercado, se justificando as desigualdades. Como racionalidade, o neoliberalismo estrutura e organiza não apenas as instituições, mas a atitude das pessoas nelas, atuando como uma razão predominante no capitalismo contemporâneo. Na verdade, os autores entendem que não se trata de uma instituição de governo, mas de uma conduta, um modo de subjetivação das normas da empresa pelo indivíduo.

A exigência da competitividade se tornou um princípio político geral, evidenciado no sistema econômico e antropológico de produção, a partir da articulação entre ambos. As crises são percebidas, então, não apenas em suas dimensões econômicas, mas nas formas de governamentalidade, solucionadas no plano individual a partir do imperativo da competitividade. Nesse sentido, os planos de austeridade que diminuem a renda são inseparáveis da vontade de gerir as econômicas e sociedades como empresas em competição. A resiliência do neoliberalismo tem a ver com a extensão da lógica do mercado além dele, produzindo uma subjetividade contábil por meio do estímulo de uma concorrência sistemática entre os indivíduos. Para isso, opera com o endividamento crônico que se torna um modo de vida. A superação dessa racionalidade é o desafio proposto pelos autores para as atuais lutas sociais. A intervenção dos agentes da direita no movimento dos trabalhadores de aplicativo recupera esses valores e propõe um diálogo em consonância com essa racionalidade.



4 A ATUAÇÃO E OS SENTIDOS PROPOSTOS PELA EXTREMA DIREITA NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DE APLICATIVO

Para apresentar a análise proposta neste trabalho, utilizamos como recurso a observação direta da manifestação dos trabalhadores de aplicativo ocorrida em Belo Horizonte no dia 25 de março. O método de observação foi utilizado, buscando-se o mínimo de interferência do observador. Por meio dela, conseguimos obter informações que foram articuladas a outras, provenientes da consulta e utilização de sete matérias relacionadas às mobilizações da categoria ou à oposição ao projeto de regulamentação enviado pelo governo à câmara dos deputados. Usamos como critério para escolha dessas matérias aquelas que deram destaque aos agentes políticos ou ideias do campo da extrema direita presentes nesse debate.

A observação foi utilizada com o objetivo de construir um olhar atento sobre o acontecimento, nos permitindo emitir juízos sobre ele, conforme apontam Laville e Dionne (1999). A manifestação dos trabalhadores de aplicativo em Belo Horizonte aconteceu no pátio da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Esse local é referência tradicional de encontros, manifestações e assembleias de trabalhadores em educação e outros servidores públicos.

A manifestação da Assembleia começa com entregadores que vão aos poucos enchendo os espaços da praça. Algumas das lideranças se colocam a frente, estimulando palavras de ordem que tem por objetivo desgastar o presidente Lula, apontado como responsável pelo envio do projeto de regulamentação do trabalho dos motoristas de aplicativo. Outros trabalhadores de aplicativos, motociclistas, também engrossam a manifestação, antevendo os efeitos desse projeto em suas atividades.

As faixas expressavam de forma veemente a insatisfação: "Contra a participação do governo nos nossos ganhos", "O sindicato não nos representa", "Não precisamos de sindicato!", "Sim à liberdade do trabalho". Além delas, duas palavras de ordem puxadas pelos líderes do movimento, e entoadas pelos manifestantes, demarcam o lugar e o corte político da manifestação: "Se o governo taxar, os motoca vai parar!" e "Lula, ladrão, seu lugar é na prisão!". Em meio a esse cenário, três lideranças orientaram os melhores ângulos e enquadramentos para produzir imagens da manifestação.

Entre as ausências, destaca-se a falta de menções às empresas do setor. A opção parecia ser a de não entrar em conflito com as plataformas empregadoras. Nenhuma alusão a elas foi feita, passando ilesas de qualquer crítica. As palavras de ordem expunham a crítica centrada nas ações do governo federal, personificadas na figura do presidente Lula.

Antes das manifestações do dia 25 de março, a Folha de S.Paulo (Regulação [...], 2024) em editorial, demarcou sua posição, alertando para os riscos da regulação. A crítica é formulada com ênfase na atitude do governo do presidente Lula em seu afã de regular o trabalho de transporte por aplicativos, o que o jornal identifica como um equívoco "movido por uma visão sindicalista do século passado e pelo ímpeto



polarizador dos anos recentes da política brasileira”. Em defesa das empresas que atuam no setor, o editorial condenou declarações do ministro do trabalho, Luiz Marinho ao sugerir a substituição da Uber pelos Correios, ou mesmo o presidente Lula, que prometeu “encher tanto o saco que o *IFood* vai ter de negociar”. Como mérito do projeto de regulamentação, o jornal destacou a retirada de propostas como a de contratação dos prestadores de serviço pela CLT e o fato de os profissionais serem reconhecidos como autônomos. O jornal ressaltou que o serviço prestado pelas plataformas era inovador, “proporcionado por vertiginosos avanços da tecnologia e cujo sucesso depende da flexibilidade para contratações, horários e tarifas” (Editorial, 2024).

Em O Globo (Motoristas [...], 2024) a manifestação contra a regulamentação da profissão no Rio de Janeiro é destacada. Ao dar voz aos manifestantes, o jornal reproduz o alerta que eles fazem aos deputados e senadores para que não aprove o projeto de regulamentação. A ocupação das ruas pelos motoristas de aplicativos é mostrada em uma extensa fila em duas pistas do Aterro do Flamengo. Embora não endosse palavras de ordem como as que vimos na manifestação de BH, o jornal finaliza as informações, afirmando que o governo pretende arrecadar 278 milhões por mês das empresas com o projeto (Motoristas [...], 2024). Essa informação reforça posições que indicam na regulamentação a presença incômoda do governo como um sócio e interventor indesejável na relação de trabalho.

No jornal o Estado de S. Paulo, a análise sobre a reverberação dos atos dos trabalhadores de aplicativos é discutida em um artigo de opinião do presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomércio SP, José Pastore. Numa visão crítica do projeto, Pastore entende que a regulamentação é um grave equívoco, incompatível com as exigências do século XXI. Para ele, o projeto de lei “pretende regular as atividades dos motoristas de aplicativos e estabelece que trabalhadores e plataformas podem se organizar em sindicatos” (Pastore, 2024). Refere-se as manifestações como expressão do descontentamento com a sindicalização, afirmando o esvaziamento dessas organizações e sua inutilidade para essa nova forma de trabalho. Os sindicatos são colocados no centro do ataque do sociólogo que os definem como instâncias sem legitimidade perante aos trabalhadores. No entendimento de Pastore, trata-se de impor a sindicalização de cima para baixo, contrariando-se, assim, a própria Constituição que prevê liberdade e autonomia sindical. Ao finalizar sua avaliação, conclui que o projeto pretende “regular uma atividade do século 21, com regras que já tinham sido ultrapassadas no século 20”. (Pastore, 2024).

No âmbito da cobertura mineira, a manifestação dos trabalhadores de aplicativo foi destaque na maior parte dos veículos de comunicação. No jornal Estado de Minas a matéria evidencia o vídeo de *motoboy*s mineiros que viralizou na *internet*. O vídeo que viraliza é o mesmo que mostra a manifestação de Belo Horizonte no pátio da Assembleia. Na mesma matéria é mencionado o apoio do deputado federal de extrema



direita, Nikolas Ferreira (PL-MG), que saúda o movimento em suas redes sociais. A reação do deputado Kim Kataguirí (UB-SP) também é informada, mostrando que os entregadores e motoristas estão deixando claro que “[...] não aceitam ser taxados, não aceitam sindicatos” (Viraliza [...], 2024). O jornal mineiro finaliza, informando que o protesto pede a retirada imediata do projeto para se discutir uma contraposta.

Em outro jornal local, *O Tempo*, *motoboys* e entregadores de comida fizeram um protesto contra a intenção do governo federal regulamentar o trabalho dos motociclistas, intermediado por plataformas digitais. Na matéria, o jornal situa o presidente Lula no centro da polêmica em consonância com o sentido proposto pelos ativistas da extrema direita.

O presidente Lula propõe que a categoria pague mais tributos, mas seja incluída no regime de Previdência Social. No entanto, os próprios motociclistas rejeitam a proposta, por considerar que esse trabalho em plataformas como o *IFood* é mais usado para completar a renda (Nascimento, 2024).

Ao serem descritos como prestadores eventuais de serviço para a plataforma, eles entendem que não devem estar sujeitos a regulamentação, colaborando com a visão defendida pelo jornal.

Na maior emissora de rádio de Minas Gerais, Itatiaia, a regulamentação de aplicativos é discutida, antes mesmo que as manifestações eclodissem, sob a ótica dos representantes da extrema direita. Em matéria sobre o tema no *Youtube*, a emissora divulga dois vídeos produzidos para redes sociais feitos por políticos identificados com a direita. Um deles, o senador Cleitinho (PSC-MG) e o outro, o deputado Kim Kataguirí (UB-SP). No vídeo do senador mineiro, ele filma uma corrida de *Uber* onde conversa com um motorista de aplicativo sobre a proposta de regulamentação. Ele entra no carro, apresenta o motorista e entabula uma conversa sobre a regulamentação. O motorista diz que não há benefício para eles e antes que prossiga é interrompido pelo senador ansioso: “o governo quer pegar o de vocês”. A regulamentação é explicada como a entrada do governo num negócio que está dando certo entre empresas e trabalhadores. Pela formulação do senador Cleitinho, esse negócio tem que prevalecer também na divisão dos prejuízos que a atividade pode gerar. Como exemplo, diz que quando um motorista for multado, que a multa deve ser dividida para três: motorista, *Uber* e governo. O governo tem que entrar também no rateio dos prejuízos. Mediante os argumentos frenéticos do senador, o motorista acrescenta que o governo tem que bater de frente com o aplicativo, fato que o senador diz concordar, mas não desenvolve nenhum argumento nessa direção. A partir desse ponto da conversa, Cleitinho opta por fazer um alerta aos motoristas sobre o risco de terem que pagar imposto de renda e se coloca à disposição da luta deles.

Em outra parte do vídeo, a explicação simplificada do senador é destacada. Demonstra que o governo, representado pela foto do presidente, entrará no negócio apenas para tomar dinheiro da empresa e argumenta que ela não vai aceitar. Diante



disso, a empresa vai repassar essa perda para o consumidor. Pelo lado do trabalhador, o governo também irá taxá-lo com a contribuição previdenciária, a parte do sindicato e o imposto de renda, diminuindo seus ganhos. No final das contas, é o “governo criando mais impostos para manter privilégios e o trabalhador e usuário pagando a conta” (Cleitinho, 2024). A simplificação é a tônica do argumento e dos exemplos.

Em outro vídeo da Rádio Itatiaia no *Youtube*, uma matéria reproduz a fala do deputado Kim Kataguiri no plenário da câmara. A intervenção do deputado no plenário, produzida para veiculação nas plataformas sociais, torna-se matéria jornalística da maior rádio de Minas. Nela, o deputado compara a medida da regulamentação com a taxação sobre as compras dos mais pobres e os gastos excessivos do governo. A medida atual seria mais um desmando de um governo que quer avançar sobre o ganho dos mais pobres. Conclui, questionando: “Onde estão os parlamentares de esquerda para derrotar esse projeto? Onde estão os deputados de esquerda para defender os trabalhadores?” (Kataguiri, 2024). O projeto dos entregadores é definido como o assalto institucional dos trabalhadores de aplicativos proposto pelo governo Lula.

5 APONTAMENTOS

Após esse breve percurso cabe destacar alguns aspectos a serem ressaltados no contexto dessas observações. Uma delas diz respeito à apropriação estética das manifestações analisadas. Elas se constroem em referência as formas culturais presentes nos movimentos populares, porém desconectadas do seu e significado original: a defesa dos trabalhadores em decorrência do avanço do capital. A empresa é ocultada como parte do conflito nas diferentes reverberações observadas. Apesar disso, lá está a estética das mobilizações de trabalhadores com o uso de símbolos, estilos, palavras de ordem e outros artefatos gestuais significativos. Nessa intervenção, novos algozes são produzidos pelo movimento: o sindicato e o governo do presidente Lula.

Na direção à direita do movimento dos trabalhadores de aplicativo, a racionalidade neoliberal se afirmou em duas grandes vertentes observadas: a liberdade e a flexibilidade. A recusa dos sindicatos afirma a liberdade de agir sem intermediação. Entretanto, esse não é um compromisso de democracia radical, fundada na ação direta dos trabalhadores. Em sua forma concreta, a liberdade aqui reivindicada, fomenta a dispersão, favorecendo o individualismo e a competição entre os próprios trabalhadores. Embora a ação se dê num plano coletivo, a razão individualista é predominante, e o sujeito é único responsável por gerir suas condições de trabalho. Para isso, ele não precisa de mediação ou ação protetiva do estado. Na contenda analisada, o governo não tem lugar como intermediário, mas como adversário direto das conquistas dos trabalhadores.



Vendida como uma grande vantagem, a vertente da flexibilização do trabalho é proposta como facilitadora de novas contratações, abrindo oportunidades de emprego para grupos que enfrentam barreiras para entrar no mercado de trabalho. Por meio dela, é possível que os trabalhadores definam seus próprios horários, conciliando trabalho e vida pessoal. Sem espaço para confrontar as decorrências indesejáveis da flexibilidade, o argumento da direita desconsidera fatores como a insegurança, a redução de salários e benefícios, a falta de proteção contra práticas abusivas dos empregadores e a deterioração das condições de trabalho. Os sentidos da flexibilização não são correlacionados com os da precarização, embora eles gerem pressões por jornadas de trabalho cada vez maiores. O predomínio de uma racionalidade neoliberal nesses movimentos molda atitudes, comportamentos e relações que reforçam esses valores em meio a disputa de sentidos presente no movimento dos trabalhadores de aplicativo.

Por fim, outro aspecto que se destaca é o papel da imprensa, percebido como fundamental na circulação das ideias dos grupos de extrema direita. Não apenas porque podem ser instrumentos diretos dessa ação, conforme observamos nos jornais locais da capital mineira, mas também em posições da grande imprensa nacional. Ao dar visibilidade a posições ou líderes de movimentos da extrema direita, ampliam-se suas agendas, mesmo em reportagens que se apresentam como aparentemente neutras. Indubitavelmente, a cobertura das manifestações a partir do enfoque proposto pela extrema direita, facilita a incursão dessas ideias e práticas na vida social. Ao privilegiar pontos de vista alinhados com interesses corporativos ou políticos específicos, veículos da imprensa oferecem um espaço importante para legitimar um ideário neoliberal sustentado pelo discurso da extrema direita, mas também por políticas editoriais das empresas jornalísticas.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela. **Treze**: a política de rua de Lula a Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

BARROS, Celso Rocha. JUNHO + 10. São Paulo: Folha de S.Paulo, 2023.

CANAL ITATIAIA. **Cleitinho pega carro de aplicativo e motorista critica regulamentação**. Belo Horizonte, 14 mar. 2024. Publicado pelo canal Itatiaia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vPxetBY4yTE>. Acesso em: 29 mar. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.



KATAGUIRI, Kim. **Kim Kataguiiri defende derrubada de projeto do governo para motoristas de APP e entregadores**. Belo Horizonte: Rádio Itatiaia, 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wz72rseQFol>. Acesso em: 27 mar. 2024.

LAVILLE, Christian; Dionne, Jean. Em busca de informações. *In: A CONSTRUÇÃO do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MENDES, Mateus. A revolução colorida brasileira. *In: JUNHO de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo, 2023.

MONCAU, Gabriela. Críticas ao PL do governo, *fake news* e greves: entenda disputas em torno do trabalho em apps. **Brasil de Fato**, São Paulo, 18 mar. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/18/criticas-ao-pl-do-governo-fake-news-bolsonaristas-e-greves-marcadas-entenda-disputas-em-torno-do-trabalho-em-apps>. Acesso em: 28 mar. 2024.

MOTORISTAS de aplicativo fazem manifestação contra a regulamentação da profissão. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 mar. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/03/26/motoristas-de-aplicativo-fazem-manifestacao-contr-a-regulamentacao-da-profissao.ghtml>. Acesso em: 27 mar. 2024.

NASCIMENTO, Alexandre. Entregadores de aplicativo fazem manifestação em Belo Horizonte; veja o motivo. **O Tempo**, Belo Horizonte, 25 mar. 2024. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/economia/entregadores-de-aplicativo-fazem-manifestacao-em-belo-horizonte-veja-o-motivo-1.3354723>. Acesso em: 29 mar. 2024.

PASTORE, José. Sindicalização dos motoristas de aplicativos é alvo de protesto dos trabalhadores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 mar. 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/jose-pastore/sindicalizacao-motoristas-aplicativos/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

REGULAÇÃO é risco para serviço por aplicativo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 fev. 2024. Editorial. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2024/02/regulacao-e-risco-para-servico-por-aplicativo.shtml>. Acesso em: 28 mar. 2024.



ROCHA, Camila. As direitas não precisaram de Junho de 2013. *In: JUNHO de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo, 2023.

ROUSSEFF, Dilma. Prólogo. *In: JUNHO de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo, 2023.

SAFATLE, Vladimir. O dia no qual o Brasil parou por dez anos. *In: JUNHO de 2013: A rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo, 2023.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VIRALIZA vídeo de motoboys mineiros protestando contra projeto que garante direitos trabalhistas. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 27 mar. 2024. Disponível em: <https://www.em.com.br/politica/2024/03/6826548-viraliza-video-de-motoboys-mineiros-protestando-contr-projeto-que-garante-direitos-trabalhistas.html>. Acesso em: 28 mar. 2024.